

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Precedente grave

Se a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de não deixar nada do Banco Master sob o tapete, não dá para manter em sigilo as conversas de Daniel Vorcaro com seus advogados numa prisão federal. Isso é proibido a outros detentos em presídios federais. Portanto, liberar no caso de Vorcaro vai provocar uma avalanche de pedidos judiciais de chefões do crime organizado. Pelo menos, essa é a opinião de muita gente que trabalha com o sistema penal. Não se pode abrir exceções a um ex-banqueiro que, segundo gravações em poder da PF, ameaçou pessoas.

Governo encurralado

A bancada do PT na Câmara dos Deputados não gostou de ver a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) promover debates em vez de votar logo a admissibilidade da proposta de emenda constitucional (PEC) de redução da escala 6x1. Petistas consideram que isso não passa de uma manobra para protelar a apreciação em plenário. É que, depois da aprovação na CCJ, o texto segue para a comissão especial, onde pode demandar 40 sessões. Ou seja, o calendário tem tudo para ser atropelado, e o assunto ficar para depois das eleições.

Contragolpe

Com esse cenário, uma ala do Partido dos Trabalhadores acredita que ganhará força a ideia do Planalto de enviar um projeto de lei com urgência constitucional sobre o tema. Isso exigirá que os deputados deliberem o texto em até 45 dias na Casa e mais 45 dias no Senado Federal.

Veja bem

A ideia de um projeto com urgência é apoiada pelo Centrão, uma vez que, por meio dele, não é possível alterar a escala de 6 x 1 para 5 x 2, somente a redução da jornada de trabalho, que seria de 44 para 40 horas semanais. Essa tem sido uma vertente que o Centrão e o setor produtivo têm defendido em debates e eventos realizados nos últimos meses.

Uma visita para organizar a campanha

O pedido do ex-presidente Jair Bolsonaro para receber o subsecretário de Diplomacia Pública dos Estados Unidos, Darren Beattie, é lido no PL como um dos principais passos para auxiliar no enfrentamento às medidas adotadas pelo Supremo Tribunal Federal e na campanha de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao Planalto. Beattie não é um qualquer. É ele quem assessora o presidente Donald Trump nos assuntos relacionados ao Brasil. Foi um dos que defenderam a aplicação da Lei Magnitsky contra o ministro Alexandre de Moraes e nunca escondeu que considera a prisão do ex-presidente uma perseguição. Deixou isso

claro, inclusive, quando da aplicação do tarifaço a produtos brasileiros. Doutor em filosofia pela Universidade de Duke, integra o Maga — Make America Great Again —, o movimento liderado por Trump. É um personagem a ser acompanhado de perto na visita que fará ao Brasil.

Veja bem/ O PT fechou 2025 com o receio de que o presidente Donald Trump tentasse interferir nas eleições deste ano no Brasil. Agora, com a visita de Beattie ao país, esse medo volta com tudo. O que até aqui vinha sendo considerada uma “caraminhola” na cabeça de alguns aliados começa a ganhar outros ares.



CURTIDAS

Cartas à mostra/ O rompimento do PL com o governo de Ibaneis Rocha segue a receita de ficar distante de problemas em ano eleitoral. Ibaneis é visto como enfraquecido, e o PL não quer ser parceiro no desgaste. Aliás, no plano nacional, a deputada Bia Kicis defendeu todas as investigações propostas, enquanto dois integrantes do PL, o deputado Alberto Fraga e o senador Izalci Lucas, já estão afastados há tempos de Ibaneis e, inclusive, fizeram questão de comparecer ao lançamento da pré-candidatura de José Roberto Arruda ao governo local.

Kayo Magalhães/Agência Câmara



Embaralhou geral/

Depois da reunião da bancada do PT do Maranhão com a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann **(foto)**, a eleição por lá ganhou novos contornos. Os petistas desistiram de lançar candidatura própria e vão apoiar o atual prefeito de São Luís, Eduardo Braide (PSD), para o Palácio dos Leões. O vice-governador, Felipe Camarão (PT), teria dito a Gleisi que deseja disputar uma vaga ao Senado Federal.

Mais um do PP/ Falta fechar o nome para a segunda vaga. Tem muita gente de olho no ministro do Esporte, André Fufuca (PP), que deve disputar o Senado e ainda não está fechado na chapa do pré-candidato ao governo, Orleans Brandão (MDB).

Cálculos políticos/ Orleans Brandão é sobrinho do atual governador do Maranhão, Carlos Brandão, e não quer fechar a chapa com o ministro Fufuca. Orleans prefere lançar o líder do União Brasil na Câmara dos Deputados, Pedro Lucas, ao Senado, junto com o senador Weverton Rocha, que concorrerá à reeleição. Entretanto, deputados petistas acham que Weverton não tem chance, já que tem sido chamado no estado de “ladrão de velhinhos”, após ser um dos alvos da Operação sem Desconto, que investiga as fraudes no INSS.

ELEIÇÕES 2026

Cláudio Castro perde de 2 x 0

Governador do RJ responde no TSE por abuso de poder político e econômico no pleito de 2022. Votação será retomada dia 23

» RAFAELA GONÇALVES

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) formou dois votos pela condenação do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), em ação que apura abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022. O julgamento foi suspenso após pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques e será retomado no dia 23.

A análise do caso começou em novembro do ano passado, quando a relatora, Isabel Gallotti, votou pela cassação da chapa formada por Castro e o então vice-governador Thiago Pampolha (MDB). Ontem, o ministro Antônio Carlos Ferreira acompanhou o entendimento da ministra. O processo também envolve o deputado estadual Rodrigo Bacellar (União Brasil) e o ex-presidente da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos

do Rio de Janeiro (Ceperj), Gabriel Rodrigues Lopes.

A ação gira em torno da contratação, por decreto, de cerca de 27,6 mil funcionários temporários na Ceperj e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Segundo o processo, as contratações custaram R\$ 519 milhões apenas no primeiro semestre de 2022. De acordo com o Ministério Público Eleitoral, parte desses funcionários teria atuado como cabos eleitorais na campanha daquele ano.

Durante a sessão, Antônio Carlos Ferreira apresentou uma versão resumida de seu voto, que tem 62 páginas. Para o ministro, as contratações configuraram um uso indevido da máquina pública. “Trata-se de um método estruturado de promoção pessoal e perpetuação de poder custeado pelo erário, com desvio de finalidade”, afirmou.

“Conforme provas coligidas e a cronologia dos fatos, notadamente os decretos estaduais, atos normativos, depoimentos testemunhais

e relatórios do Tribunal de Contas Estadual, resta claro o fundo eleitoreiro das condutas, principalmente ao se considerar o pedido de apoio político a beneficiários do programa, bem como a existência de panfletagem”, frisou Ferreira.

O governador pretende deixar o cargo até abril para disputar uma das duas vagas ao Senado pelo Rio de Janeiro. A pré-candidatura foi anunciada em 24 de fevereiro pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto.

Uma eventual condenação pode resultar na cassação do mandato do governador, na declaração de inelegibilidade dele, de Rodrigo Bacellar e de Gabriel Rodrigues Lopes, além da convocação de novas eleições no estado.

Antes de encerrar a sessão, a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, afirmou que o processo não ficará parado e garantiu a retomada do julgamento — tanto que reservou uma sessão extra para dia 24, caso seja necessário concluir a votação.

Alejandro Zambrana/TSE



Ministro Nunes Marques pediu vista do processo que pode afastar o político fluminense da eleição de outubro

Andressa Anholette/Agência Senado



Sala Lilás servirá ao atendimento de mulheres vítimas de violência

SENADO

Ponto de apoio contra violência de gênero

» MARIANA NIEDERAUER

O Senado passará a contar com uma sala de acolhimento e atendimento especializado a vítimas de violência doméstica. A partir de hoje, a Sala Lilás funcionará como ponto de apoio e orientação a servidoras e colaboradoras que enfrentam situações de conflito, abuso ou intimidação. O objetivo é garantir privacidade, sigilo, respeito e escuta qualificada em um ambiente multidisciplinar.

O atendimento será feito por policiais da Secretaria de Polícia

do Senado, que receberam capacitação para lidar com casos de vulnerabilidade e de violência contra a mulher. Está sendo estudada, inclusive, a possibilidade de parceria com a Polícia Civil para que, nas situações em que a colaboradora decidir formalizar a denúncia, ela não precise voltar a descrever a violência sofrida.

“Precisamos ter noção do quanto de prejuízo social nós temos dentro de uma situação de violência, o quanto isso é muito mais forte. Estamos falando de saúde mental. Quando cuidamos

de violência doméstica, estamos cuidando de economia, de saúde. Estamos falando de vivências e de histórias que a nossa sociedade não pode permitir mais que isso aconteçam”, reforçou, em entrevista coletiva, a primeira-secretária do Senado, senadora Daniela Ribeiro (PP-PB).

A Sala Lilás é um dos desdobramentos do Programa Antes que Aconteça, criado em dezembro de 2023 pela senadora, então presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A iniciativa surge

depois de ela perceber que a Casa não tinha orçamento destinado à pauta das mulheres.

O objetivo é fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra a mulher e, pela primeira vez, houve destinação direta de recursos para esse fim. A Paraíba, estado da senadora, é pioneira na implantação do mesmo modelo. Além das policiais capacitadas, profissionais da assistência social e da psicologia atuarão na sala no Senado e o serviço médico da Casa também ficará à disposição para receber as mulheres que buscarem apoio.